

RESENHAS

Versão original

PROJETOS SOCIAIS: METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS SOCIAIS.

Naercio Menezes Filho (Org.). São Paulo, SP: Fundação Itaú, 2016. 2ª ed., 293 p.

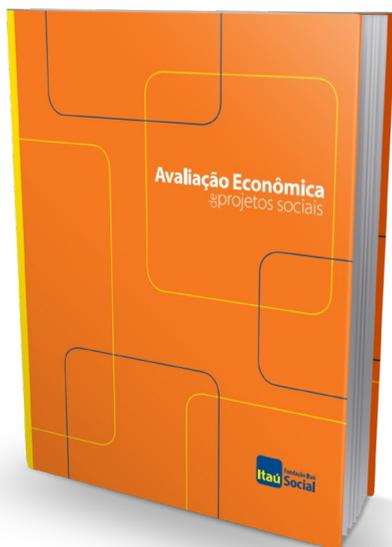
Avaliação Econômica de Projetos Sociais, de iniciativa da Fundação Itaú Social, é o quarto e mais recente livro publicado pela instituição. É dividido em oito capítulos e composto por 293 páginas. A primeira edição do livro, em 2012, oferece a base de dados que auxiliam a construção desta obra. As outras duas publicações da série são: *Avaliação do investimento social privado: Estratégia organizacional* e *Avaliação para o investimento social privado: Metodologias*.

Cada um dos capítulos é escrito por um autor diferente. O objetivo geral, segundo esses autores, é a transmissão da teoria e da prática do conceito de avaliação econômica de projetos sociais. Neste texto, serão apresentados os pontos principais abordados na obra e alguns apontamentos sobre a forma e o conteúdo que poderiam ser ajustados de modo a auxiliar a consecução dos objetivos estabelecidos.

A parte inicial do livro consiste em apresentar o tema de maneira geral. É explicado, por exemplo, que a avaliação econômica é dividida em avaliação de impacto e avaliação de retorno econômico. O capítulo apresenta as razões e a importância de se produzirem avaliações e mostra que existem métodos experimentais e não experimentais para fazer essas avaliações. Esclarece, também, conceitos como o que é o impacto de um programa, qual deles é efetivo e qual é potencial. O texto faz ainda referência ao custo-efetividade e ao custo-benefício, quando avaliar, se antes ou depois do programa, ou mesmo quais as limitações e os métodos mais utilizados para se descobrir se determinado programa social tem contribuído para melhorar a vida dos participantes e se os valores aplicados são justos.

O segundo capítulo descreve como construir o grupo de controle em comparação ao grupo de tratamento, ou seja, produzir o contrafactual e, assim, medir o impacto de determinada ação do governo na sociedade. Além disso, explica o que seriam comparações ingênuas, ou seja, aquelas em que se coloca o grupo de controle em tratados e não tratados, ou mesmo o estado do grupo antes e depois da ação do governo. O texto traz os métodos de comparação que tentam insular o viés de autosseleção.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentar o Método de Aleatorização, que é experimental. Por esse modelo, são escolhidos indivíduos com características homogêneas e que comporão os grupos de tratamento e controle. É um modelo difundido por avaliadores das políticas públicas. O texto, além de demonstrar as dificuldades de fazer aleatorização, também mostra um resumo sobre validade externa e validade interna de uma avaliação, os custos e análise estatística do modelo.



Por

OTÁVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA CRUZ FILHO

otaviocruz.filho@gmail.com
ORCID: 0000-0002-4487-870X

VICTOR REZENDE TELES

victor432@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5190-884X

WLADIMIR FURUHASHI VIANA

wladimir.viana945@gmail.com
ORCID: 0000-0001-7351-3753

Universidade de Brasília, Faculdade de
Administração, Contabilidade e Economia,
Brasília, DF, Brasil

A quarta parte do trabalho introduz os métodos não experimentais. O primeiro deles é o Método Diferenças das Diferenças (DD), que consiste, como o próprio nome esclarece, na diferença de duas médias. Nesse capítulo, são criticados os métodos ingênuos e faz-se uma análise estatística do modelo DD, ressaltando suas desvantagens.

O quinto capítulo é dedicado a explicar o Método do Pareamento. Por esse modelo, busca-se construir um grupo de controle semelhante ao grupo de tratamento, com as características observáveis. É feita, ainda, uma análise estatística do modelo e são revelados os estimadores de pareamento, como: Pareamento Simples, Pareamento por Escore de Propensão, Regressão Linear, Reponderação e a combinação desses métodos.

A sexta parte do trabalho é dedicada às Variáveis Instrumentais, modelo que se dedica a analisar as variáveis não observáveis. São apresentados o caso de múltiplos instrumentos e o caso de instrumentos contínuos, mas com enfoque dado às análises matemáticas e estatísticas.

O sétimo capítulo trata do método da Regressão Descontínua, que permite a utilização de hipóteses mais fracas do que os outros modelos não experimentais explicados nos capítulos anteriores. São detalhados o caso *Sharp*, o caso *Fuzzy* e a Estimação, além de serem feitas uma análise gráfica e a comparação com os outros métodos descritos.

O objetivo da última etapa do texto é ressaltar o cálculo de retorno econômico. Todas as etapas anteriores citadas serviam para medir o impacto de uma política no grupo de tratamento comparado com um grupo de controle. São criadas formas de transformação de benefícios de um programa em benefícios econômicos, com avaliação do custo de projeto, análise de sensibilidade e medidas de retorno econômico.

Após a apresentação do conteúdo e estrutura, há de se considerar alguns pontos que poderiam ser aprimorados na obra. O primeiro é quanto à forma. Todos os capítulos possuem perguntas no final. No entanto, não há uma seção com o gabarito das respostas. Isso pode dificultar a leitura para aqueles que utilizam este texto como instrumento balizador para avaliar alguma política. O ideal é que houvesse um apêndice com esse objetivo. Na prática, o texto poderia ser mais descritivo e em forma de manual. A diagramação é leve, bem organizada, mas não há pa-

dronização do tipo de texto. Os capítulos 1, 2 e 8 são mais didáticos e explicativos, enquanto os outros são mais técnicos. Por serem feitos por pessoas distintas, há nítida diferença no tipo de argumentação e construção de texto. Por isso, o organizador poderia ter o cuidado de tentar apresentar os conteúdos de maneira mais didática.

Quanto ao conteúdo, há aspectos a serem pontuados. Na apresentação do livro, é explicado que o texto é voltado para pessoas que tenham graduação em Ciências Sociais e que possuam conhecimento em Estatística básica. O problema é que os conceitos de Estatística utilizados são aprofundados, e, por isso, quem não tem conhecimento mais profundo em Estatística acaba não tendo compreensão da dimensão. Também não são explicadas muitas fórmulas estatísticas utilizadas, e isso compromete o objetivo de disseminar as avaliações. Colocar apenas a fórmula em si e não explicar literalmente como se chega a determinado resultado não ajuda, apesar de haver uma seção de indicação de obras que contribuem para responder às perguntas. A apresentação de exemplos em todos os capítulos auxilia os interessados pelo tema a compreender o assunto.

Outro ponto que poderia ser aprimorado refere-se ao conceito de contrafactual. Em algumas partes do texto, é apresentado o termo como contrafactual e, em outros, a palavra é mostrada como grupos de controle. Isso poderia ser padronizado, de modo a se tornar mais didático. Além disso, o texto poderia ser voltado não apenas para pessoas com certo grau de conhecimento de políticas públicas. Ele poderia ter uma escrita menos técnica, de maneira que gestores menos capacitados também conseguissem absorver os conteúdos.

De toda sorte, o livro cumpre o papel de auxiliar o esclarecimento da importância de se avaliarem políticas e de como isso deve ser feito de maneira mais adequada (não ingênua). Com simplificações e ajustes na forma e no conteúdo, pode se tornar uma obra mais difundida, na medida em que o tomador de decisão teria mais subsídios para direcionar ações quanto às políticas públicas por ele estabelecidas. O fato de ser distribuído de modo gratuito no portal da Fundação Itaú ajuda a divulgação. Porém, os ajustes mencionados são fundamentais para completar o objetivo central estabelecido.